

A PRÁTICA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL (GO)

THE PRACTICE OF COMMUNITY POLICING OF CIDADE OCIDENTAL

ALMEIDA NETO, Francisco Leôncio¹
COSTA, Leon Denis da²

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as principais atividades de policiamento comunitário adotadas no município goiano de Cidade Ocidental. Essa estratégia de policiamento une polícia e comunidade na prevenção e controle da criminalidade, priorizando uma abordagem preventiva ao invés de repressiva. O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica seguida de entrevistas com policiais militares que executam o policiamento local. Em decorrência da proximidade com o Distrito Federal, onde trabalha a maioria dos moradores do município, o modelo empregado na Cidade Ocidental prioriza o comércio local, por conta da grande movimentação de pessoas. A pesquisa demonstrou que, apesar de algumas dificuldades, as atividades de policiamento comunitário têm sido efetivas e executadas conforme o modelo padronizado pela instituição (visitas comunitárias, reuniões comunitárias e aplicação do programa Proerd, entre outras ações), ajudando a diminuir os índices de criminalidade na cidade.

Palavras-chaves: Polícia Militar. Policiamento comunitário. Cidade Ocidental.

ABSTRACT:

The objective of this article is to present the main activities of community policing adopted in the municipality of Goiás, Cidade Ocidental. This policing strategy unites police and community in crime prevention and control, prioritizing a preventive rather than repressive approach. The study was developed from a bibliographical review followed by interviews with military police officers who carry out local policing. As a result of the proximity to the Distrito Federal, where most of the city's residents work, the model employed in the Cidade Ocidental prioritizes local commerce, due to the large movement of people. Research has shown that, despite some difficulties, community policing activities have been effective and implemented according to the standardized model of the institution (community visits, community meetings and implementation of the Proerd program among other actions), helping to reduce crime rates in City.

Keywords: Military police. Community policing. Cidade Ocidental.

¹Autor: Francisco Leôncio de Almeida Neto – Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM; leoncio.jor@gmail.com; Cidade Ocidental – GO, junho 2018.

² Orientador: Leon Denis da Costa, professor titular da Especialização Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar; Oficial da Polícia Militar de Goiás; Graduado em Letras; Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública; e Mestre em Sociologia. E-mail: leondenisdacosta@gmail.com, Goiânia -GO, junho de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo estudou as atividades de policiamento comunitário executadas na Cidade Ocidental, município goiano com mais de 65 mil habitantes e localizado a 48km de Brasília.

O policiamento comunitário é adotado em países como Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Inglaterra. Essa modalidade chama a própria comunidade a atuar junto com a polícia no combate ao crime e na implementação de políticas de segurança pública. O foco não está apenas na resolução do crime, mas, acima de tudo, na prevenção dos atos delituosos. Entretanto, para que os resultados sejam efetivos, é importante levar em consideração as características e peculiaridades locais.

Na Cidade Ocidental, o policiamento ostensivo e preventivo é executado pelo 33º Batalhão de Polícia Militar e gerido pelos oficiais do Comando e administração da unidade, sendo o policiamento comunitário um dos pilares do trabalho desenvolvido no município.

Existem várias atividades de policiamento comunitário, mas a Polícia Militar de Goiás adota, com mais frequência, quatro tipos: Visita Comunitária Residencial/Rural, Visita Comunitária Comercial, Visita Comunitária em órgão público ou entidade privada e Visita Solidária. A PMGO também executa, nas escolas de todo o estado, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), uma importante ferramenta de conscientização contra as drogas desenvolvida com alunos, pais e responsáveis.

No entanto, por questões locais, nem sempre essas atividades são empregadas em todos municípios goianos e também há, em determinadas cidades, a prevalência de uma modalidade em relação à outra. Diante disso, na Cidade Ocidental, será que são empregadas essas quatro atividades de Policiamento Comunitário? E, dessas, qual é a mais usada no município?

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é descobrir as modalidades e os respectivos resultados do policiamento comunitário desenvolvido na Cidade Ocidental. Os objetivos específicos são identificar como essas modalidades funcionam na prática; estudar, por meio de dados da própria unidade, qual é a mais utilizada junto à população; e averiguar como se dar o relacionamento entre a Polícia Militar e a comunidade para reduzir a criminalidade na região.

Ao propor estudar o policiamento comunitário desenvolvido na Cidade Ocidental, o presente trabalho pode servir de base para melhorar, ainda mais, o relacionamento entre a Polícia Militar e a comunidade, tendo em vista que essa união pode ser fundamental na prevenção e no controle do crime, assim como na formulação de políticas de segurança pública eficientes e de acordo com as características locais.

Inicialmente, fez-se um levantamento bibliográfico focado na origem e nas características da polícia comunitária no mundo e no Brasil. Em seguida, para atender os objetivos do presente artigo, foram estudados o perfil e as práticas dessa modalidade de policiamento adotadas no estado de Goiás.

Trata-se de uma pesquisa de campo, empírica e qualitativa, pois foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela execução das práticas de policiamento comunitário no 33°BPM, e também consultas ao Observatório da Secretaria de Segurança Pública do estado, com o intuito de coletar dados sobre as atividades pertinentes ao tema desenvolvidas na região.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O policiamento comunitário tem como objetivo aliar a comunidade e os agentes de segurança pública no combate à criminalidade. Nessa perspectiva, o trabalho policial ganha novos contornos, passando a atuar de forma mais proativa do que reativa e assumindo, junto com a própria sociedade, o papel de reduzir as infrações penais.

Esse método foca na divisão de responsabilidades e chama a própria comunidade a participar da implementação de políticas públicas de segurança. E, ao mesmo tempo, procura romper com o distanciamento e a hostilidade presentes, historicamente, na relação entre polícia e sociedade, com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços policiais.

Segundo Moore (2003, p.116):

As ideias de policiamento comunitário sugerem a importância da análise cuidadosa e criativa dos problemas que os cidadãos trazem, e da busca de soluções para tais problemas, não apenas através de capturas iniciadas pela polícia, mas, ao contrário, com respostas variadas, tanto da polícia como da comunidade e de outros órgãos municipais.

Por outro lado, Bayley (1988) acrescenta que, devido à necessidade urgente de controlar a onda de violência, o interesse em solução de problemas e relações com a comunidade parece uma fuga do problema real. Já Mesquita Neto (2011) acredita que a renovação da polícia passa pela reaproximação com a sociedade e pelo desenvolvimento de instituições capazes de assegurar as expectativas dos cidadãos por parte da polícia.

Entretanto, cabe destacar que, para que o trabalho de polícia comunitária seja efetivo, é importante, antes de sua implementação, estudar as características e peculiaridades de cada comunidade. Isso porque um método de sucesso implantado em uma região pode não ter o mesmo êxito em outra. De acordo com Moore (2003, p.137),

A melhor resposta sempre vai depender das circunstâncias locais. Não será o sucesso obtido na implementação do mais recente e bem-sucedido modelo de programa nacional, mas sim com que cuidado e habilidade ele encontrou uma solução local para um problema local, levando em consideração o caráter local do problema e os meios locais para lidar com ele.

Trojanowicz e Bucqueroux (1994) acrescentam que a polícia e a comunidade devem, juntas, discutir soluções para solucionar problemas atuais e, dessa forma, melhorar a qualidade de vida dos próprios moradores.

Diante desse contexto, Bohn (2014, p. 8) pontua algumas diferenças entre o trabalho de polícia convencional e o de polícia comunitária.

Na polícia convencional, as prioridades são casos envolvendo a violência em geral. Já na comunitária, a eficácia é medida pela ausência de crime e de desordem. Na convencional, a força é usada como técnica de resolução de problemas, enquanto que, no policiamento comunitário, o policial emprega a energia dentro da lei, na solução dos problemas com a marginalidade que, no máximo, chegam a 2% dos moradores de sua localidade de trabalho.

Sendo assim, diferente da atuação de controle da polícia tradicional, a polícia comunitária é orientada a resolver problemas além do mundo criminal e expressa a divisão de responsabilidades, chamando a própria comunidade a discutir e participar das soluções para as dificuldades locais.

Por isso, segundo França (2011, p. 12), o policiamento comunitário representa um avanço da relação da polícia com a própria sociedade.

O que está em jogo é a afirmação de um Estado atuante no campo da Segurança Pública oferecendo os serviços de uma Polícia Militar agora não

mais truculenta, e sim democrática e cidadã. Ainda mais com o acréscimo de ser uma polícia assistencialista que se propugna a ajudar a comunidade a reconhecer os seus problemas na tentativa de solucioná-los.

Para Ricardo Balestreri (1998), ex-secretário de Segurança Pública do estado de Goiás, a parceria entre a comunidade e a polícia é fundamental para alcançar um patamar democrático mais pleno e maduro.

As primeiras características do policiamento comunitário surgiram na Inglaterra, no ano de 1829. Na época, o país enfrentava uma grave crise de violência e criminalidade e muitos ingleses não acreditavam na estrutura de uma força policial armada, por temerem o uso desta para reprimir protestos com violência e criar um clima impopular na nação.

Diante da situação, o então primeiro-ministro, Sir Robert Peel, resolveu criar a Real Polícia Metropolitana de Londres. Segundo Oliveira (2009), essa foi “considerada a primeira organização policial moderna, com nove princípios para regê-la, todos em sintonia com a filosofia de Polícia Comunitária”. Um dos princípios, em especial, resume muito bem a intenção do policiamento comunitário: “a Polícia deve garantir a cooperação voluntária dos cidadãos, no cumprimento voluntário da lei, para ser capaz de garantir e manter o respeito do público”.

Apesar do exemplo inglês, Skolnick e Bayley (2006) afirmam que o sistema de policiamento comunitário estabelecido de melhor forma é o japonês, adotado imediatamente após a II Guerra Mundial. No mesmo período, também há registros de policiamento comunitário em países como Malásia, Coreia, China e Cingapura.

No Brasil, há divergências sobre o início do policiamento comunitário. Entretanto, a maioria dos estudiosos defende que a modalidade chegou ao país na década de 80. O Rio de Janeiro, na gestão de Leonel Brizola, teria sido o primeiro estado a implantar o policiamento comunitário de forma oficial. O Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira - grande estudioso sobre o assunto - foi um dos principais articuladores na implementação dos primeiros projetos no estado.

França (2011) afirma que o policiamento comunitário no Brasil ganhou força com a reforma constitucional, que assegurou direitos individuais e coletivos e fortaleceu a luta em favor dos direitos humanos, em especial na exigência de instituições policiais com ações e atuações democráticas.

Entre as primeiras experiências de policiamento comunitário no país, também vale ressaltar as atividades que ocorreram no Espírito Santo, nas cidades

de Guaçuí e Alegre, em 1988; e a implementação em São Paulo dos Conselhos Comunitários de Segurança nos bairros, em 1997.

Já no estado de Goiás, o policiamento comunitário começou a ser implantado somente a partir do ano 2000. De acordo com Fernandes e Júnior (2013, p. 117),

Vários policiais foram à capital federal a fim de participar do curso de multiplicador de polícia comunitária. Voltavam de lá maravilhados e iniciaram o procedimento de expansão doutrinária. Porém, as divergências entre as ideias eram notáveis e começaram a confluir para um conflito entre os modelos.

No ano de 2003, as matrizes curriculares dos cursos regulares da Polícia Militar do Estado de Goiás começaram a contemplar, mesmo com muita resistência, a disciplina de polícia comunitária. Em 2004, na gestão do então Tenente-Coronel, Silvio Benedito Alves, o Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) passou a responder pelas políticas de integração entre as instituições policiais e a comunidade. Na época, a principal missão do órgão era gerir o projeto piloto de polícia comunitária, o 14º Centro Integrado de Operações de Segurança.

Apesar dos vários projetos, a dicotomia entre as filosofias dentro da corporação continuava imensa. Segundo Fernandes e Júnior (2013, p.118),

Os primeiros passos da polícia comunitária em Goiás, assim como no resto do país, foram difíceis. Difundia-se, principalmente no meio policial, que a polícia seria enfraquecida, colocavam-se, falaciosamente, diversas situações de preconceito com o tema. Contudo, a imposição das polícias em participar das realidades comunitárias não cessava, e pouco a pouco, até hoje, os policiais vêm ganhando consciência de estarem voltados para a vida em comunidade, que a polícia comunitária fortalece o servidor individualmente, como também as instituições.

Uma das provas de que as diferenças começaram a ser superadas foi o lançamento, em 2012, do Procedimento Operação Padrão 210 (POP 210). Ao transformar o Policiamento Comunitário em doutrina, a Polícia Militar de Goiás deu mais confiabilidade, segurança e efetividade às ferramentas da modalidade, assim como melhorou a distância entre a polícia, o policial e a comunidade.

O POP 210 (GOIÁS, 2014) é um procedimento de polícia adequado ao Século XXI, baseado no envolvimento de todos os segmentos da população e órgãos públicos e privados na prevenção ao crime e às incivildades. Traz, por exemplo, orientações sobre abordagem, patrulhamento e relacionamento junto à

comunidade, assim como dicas para que o cidadão tenha um comportamento proativo e torne-se um fiscal da segurança pública.

Documento sobre o Policiamento Comunitário - elaborado pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás no ano de 2017 – detalha quatro modalidades de Policiamento Comunitário adotadas no estado, que fixam o policial militar a uma base geográfica, denominada de “Quadrante”:

- **Visita comunitária residencial urbana e rural:** A visita comunitária em residência, como modalidade de policiamento, propicia a infiltração da Polícia Militar em áreas pouco policiadas e leva ao morador o sentimento de preocupação e zelo que o Estado está denotando a seu respeito.
- **Visita comunitária comercial:** No comércio, a frequência de visita comunitária é maior e, conseqüentemente, se repete com maior facilidade por três motivos: 1) número de estabelecimentos comerciais é menor que de residências; 2) se situa em locais de maior fluxo de pessoas e 3) são mais suscetíveis a furto e roubo.
- **Visita comunitária em órgão público ou entidade privada:** Os policiais militares do quadrante devem buscar a aproximação do órgão público como creches, escolas, hospitais e entes privados, como igrejas, Organização não Governamental (ONG), associações, com fim comum da visita que é a prevenção, por métodos próprios e aproximação com a PM
- **Visita Solidária:** A visita solidária ocorre quando os policiais militares visitam as vítimas de crime e incivildades havidas no quadrante, para outras providências policiais e orientações sobre prevenção. (GOIÁS, 2014, pp. 22 e 23)

Apesar de ainda uma certa resistência ao policiamento comunitário, não há dúvidas de que a renovação da polícia passa pela reaproximação com a sociedade e pelo desenvolvimento de uma relação capaz de não só combater a criminalidade, mas de promover direitos e assegurar a justiça social.

3 METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico para compreender a polícia comunitária enquanto uma filosofia e estratégia organizacional e entender o policiamento comunitário como ações práticas da polícia, mobilizando a comunidade e estabelecendo interações e parcerias com os moradores nas ações de segurança pública e prevenção à criminalidade.

Antes, realizou-se um estudo analítico dos quatro tipos de ações adotadas pela Polícia Militar de Goiás de policiamento comunitário: visita comunitária residencial urbana e rural, visita comunitária comercial, visita comunitária em órgão público ou entidade privada e visita solidária. Diante dessa

tipologia, foi realizado um levantamento quantitativo dessas ações no sistema do Registro de Atendimento Integrado (RAI) no município de Cidade Ocidental. O objetivo foi estudar as operações de policiamento comunitário desenvolvidas pelo 33º BPM no ano de 2017, sendo que tais registros são feitos diariamente pelos próprios militares após o atendimento policial e visitas realizadas.

Esta pesquisa foi de natureza qualitativa, uma vez que visou compreender como ocorre o policiamento comunitário na Cidade Ocidental. Para isso, foram produzidas entrevistas com policiais militares que têm um maior conhecimento técnico, prático e do planejamento das ações do policiamento comunitário.

A elaboração do roteiro de perguntas levou em consideração a função de cada entrevistado. O método de entrevista escolhido foi a Não Diretiva. Isso porque as conversas ocorreram informalmente, numa espécie de bate-papo, o que abriu espaços para outros questionamentos. As principais partes foram gravadas e, posteriormente, transformadas em texto para a leitura e análises, processo este que ajudou na organização e no desenvolvimento do presente artigo científico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para estudar o perfil e as estratégias de policiamento comunitário adotadas na Cidade Ocidental, foram ouvidos policiais do 33º Batalhão de Polícia Militar que trabalham diretamente no planejamento e na execução da modalidade na região. Por questões de impessoalidade, não serão citados, neste trabalho, os nomes dos entrevistados, mas apenas as conclusões e as informações obtidas durante as conversas.

Antes de entrar nos resultados em si, é importante destacar alguns pontos importantes para a compreensão deste estudo. O policiamento comunitário chegou à Cidade Ocidental no início dos anos 2000, época em que a prática começou a ser implantada de forma efetiva em todo o Goiás. Porém, antes mesmo de a modalidade começar a ser adotada oficialmente no estado, a Polícia Militar já trabalhava, juntamente com a comunidade local, no combate ao crime. Isso ocorre, principalmente, em decorrência das características interioranas do município, o que favorece a aproximação dos agentes da lei com os moradores

O efetivo atual do 33º BPM é considerado pequeno diante do tamanho da população da Cidade Ocidental. São apenas 58 homens para uma população

estimada, segundo o último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), em 65 mil habitantes. Até o final do ano, contudo, a unidade deve ganhar um reforço de 31 novos policiais, que já estão em fase final de formação. O curso dos futuros praças, inclusive, está sendo realizado na própria cidade. Isso, de certa forma, já favorece na interação com a comunidade local, como bem destacou Mesquita Neto (2011): a renovação da polícia passa pela reaproximação com a sociedade e pelo desenvolvimento de instituições capazes de assegurar as expectativas dos cidadãos.

Atualmente, quatro modalidades de policiamento comunitário são empregadas com mais frequência no município goiano: Visita Comunitária Residencial/Rural, Visita Comunitária Comercial, Visita Comunitária em órgão público ou entidade privada e Visita Solidária. Para a execução e eficiência do policiamento comunitário, a cidade foi dividida em quatro áreas, batizadas de quadrante. Dessa forma, cada equipe policial fica encarregada de cuidar de determinada região, ajudando na cordialidade, na integração e, por conseguinte, no relacionamento com os cidadãos.

Além do “Disque 190” - serviço de emergência gerido pelo Comando de Operações da Polícia Militar (COPOM) - as viaturas de cada área têm um número de celular específico, expostos atrás de cada veículo, servindo como um canal direto de comunicação entre os moradores e a guarnição. Assim, os policiais militares podem atender com mais agilidade as ocorrências em suas respectivas áreas.

Essas características vão de encontro ao que acredita França (2011), que considera o policiamento comunitário a afirmação de um Estado atuante no campo da Segurança Pública, com serviços de uma Polícia Militar não mais truculenta, mas democrática e cidadã.

Na Cidade Ocidental, as estratégias para o policiamento comunitário são definidas, em sua maioria, a partir de reuniões mensais com os próprios moradores, servidores públicos e comerciantes, que solicitam esses encontros ao Comandante do 33º BPM. Os locais escolhidos, geralmente, são colégios e repartições públicas.

As reuniões, além de aproximar a polícia da comunidade e reforçar a proatividade do trabalho policial, também ajudam a identificar e solucionar muitos crimes que não fazem parte das estatísticas de segurança pública, pois, por diversos motivos, não são relatados à Polícia Civil. E, a partir desses encontros, a Polícia Militar consegue montar estratégias e criar canais para combater esses delitos e, conseqüentemente, trazer mais segurança para a comunidade, evitando a

ocorrência de crimes, que, por sinal, é o principal objetivo do trabalho proativo de policiamento comunitário. Esses métodos, por sinal, foram defendidas por Trojanowicz e Bucqueroux (1994), que acreditam que essas discussões podem resolver problemas atuais e a qualidade de vida dos próprios moradores.

Em 2017, de acordo com dados do Registro de Atendimento Integrado (RAI), plataforma integrada da Secretaria Estadual de Segurança Pública, foram registrados 3.386 atendimentos de policiamento comunitário na Cidade Ocidental. Desses, 1.734 foram visitas comerciais, números que representam mais de 50% dos atendimentos. Em seguida, vêm visitas a estabelecimentos públicos, com 820 atividades; visitas a residências urbanas e rurais, com 706 (424 rural e 292 urbana); e visitas solidárias, com 126.

A explicação para o resultado está ligada, especialmente, à proximidade com o Distrito Federal, onde trabalha a grande maioria dos moradores da Cidade Ocidental. O município é uma espécie de cidade dormitório, tendo em vista que boa parte dos habitantes retornam para casa apenas para dormir. Em decorrência dessa peculiaridade, por questões estratégicas, o policiamento é reforçado nos estabelecimentos comerciais, onde o fluxo de pessoas é maior, principalmente nos horários de pico, o que favorece à interação com a população.

Essa constatação também explica as poucas visitas às residências urbanas, que ficam fechadas a maior parte do dia. Foram apenas 292 registros em 2017, percentual que pode ser considerado baixo diante do tamanho da população da cidade.

Por outro lado, vale ressaltar que houve 424 visitas comunitárias as propriedades rurais, pois a Cidade Ocidental tem uma área rural muito extensa e uma viatura adaptada para esse tipo de patrulhamento. No entanto, diante do baixo efetivo do 33º BPM, o trabalho tem sido feito atualmente por uma equipe extra remunerada, cenário que deverá ser mudado com a entrada dos novos policiais na escala operacional.

As visitas a repartições públicas também merecem uma atenção especial. Dos 820 acompanhamentos, a grande maioria foi em colégios públicos, sejam eles municipais ou estaduais. Frequentemente, por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD, policiais militares da unidade fazem visitas, instruções e reuniões com alunos, professores e pais para oferecer dicas de segurança e, principalmente, de prevenção às drogas.

A modalidade que menos registrou acompanhamentos foi a visita solidária: 126 ocorrências. Mas esse dado, ao contrário do que se pensa, é bastante positivo. Isso porque a visita solidária ocorre, geralmente, quando acontece algum crime na região. Os policiais militares visitam as vítimas para tomar possíveis providências, averiguar a situação e orientar sobre prevenção. Entretanto, na Cidade Ocidental, as estatísticas de criminalidade vêm caindo significativamente desde 2015, diminuindo, assim, a quantidade de visitas solidárias.

Apesar de algumas dificuldades, como o baixo efetivo, os resultados apresentados mostram que o policiamento comunitário tem se consolidado na Cidade Ocidental. Chama a atenção a queda na criminalidade nos últimos três anos. Isso é um claro sinal de que a parceria entre a Polícia Militar e comunidade local pode, sim, ajudar na prevenção de delitos e otimizar a implementação de políticas de segurança pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O policiamento comunitário ganha cada vez mais espaço na atualidade. Países de primeiro mundo, como Estados Unidos, Inglaterra e Japão, têm modelos consistentes dessa modalidade, com ótimos resultados no combate à criminalidade. Trazendo para o lado estatal, prevenir o crime é mais vantajoso e efetivo, principalmente se levar em conta a questão econômica. Entretanto, para que essa prática seja eficiente, faz-se necessário, antes de sua implementação, um estudo sobre o perfil e anseios dos moradores locais, assim como avaliar criteriosamente as peculiaridades da região.

No município de Cidade Ocidental, a aproximação com o Distrito Federal é um desafio maior para os policiais do 33º Batalhão de Polícia Militar executar o policiamento comunitário. Isso porque a maioria dos moradores do município trabalha na capital do país, situação que atrapalha a interação e o desenvolvimento de várias atividades de policiamento comunitária, como a visita a residências e a visita solidária. Mesmo assim, foi encontrada uma solução para esse problema: a priorização, diante da grande movimentação de pessoas, das visitas comerciais.

Apesar de outras dificuldades, como o baixo efetivo de policiais militares, a estratégia de focar nas áreas comerciais tem surtido efeito. Prova disso é que, nos últimos três anos, a integração com a população tem ajudado a reduzir os índices

criminais na região. Para reforçar essa constatação, ressalta-se, ainda, o baixo número de visitas solidárias, atividade que é desenvolvida após a ocorrência de algum crime. Em 2017, por exemplo, foram apenas 126 registros dessa atividade.

As reuniões comunitárias mensais também são importantes ferramentas de integração entre a Polícia Militar e a comunidade. A partir desses encontros é que são montadas as estratégias de policiamento e esclarecidos crimes que não são relatados à Polícia Judiciária. Essa última situação, em especial, mostra que o policiamento comunitário tem ampliando o horizonte da Polícia Militar, servindo, inclusive, de apoio ao trabalho repressivo e investigativo da Polícia Civil. Mais uma prova de que a união entre polícia e a comunidade pode, sim, ser efetiva no que diz respeito à segurança pública, ampliando as soluções para resolver as dificuldades locais.

REFERENCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Passo Fundo-RS: Paster Editora, 1998.

BAYLEY, D. **Padrões de policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2002.

BOHN, Maurício Futryk. **Policiamento comunitário: A transição da polícia tradicional para polícia cidadã**. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/IV/54.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DE MENDONÇA, W.L.A. **Policiamento comunitário e setorização em Goiás: uma perspectiva do futuro**. Academia Estadual de Segurança Pública. Goiânia: 2007.

FERNANDES, Júlio César Motta; JÚNIOR, José dos Reis. O Policiamento Comunitário como Instrumento de Apoio a Análise Criminal. **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, Edição Nº 27, 2013.

FRANÇA, Fábio Gomes. “Sob a Aparência da Ordem”: um olhar sobre o policiamento solidário em João Pessoa-PB. **Revista Vozes do Vale: Publicações Acadêmicas**, Paraíba, 2011.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento operacional padrão: POP**. 3ª ed. rev. e amp. Goiânia: PMGO, 2014.

GOIÁS. Polícia Militar. **Policiamento Comunitário**. Goiânia: PMGO, 2017.

OLIVEIRA, Marcelo P. das Neves. **Polícia Comunitária no Mundo: breve histórico**. Bahia, 2009. Disponível em:

<http://arquivos.informe.jor.br/clientes/justica/pronasci/informativo_pronasci/Artigo_e_d_118.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Ensaio sobre segurança cidadã**. São Paulo: Editora Fapesp, 2011.

SKOLNICK, Jerome H; BAYLEY, David. **Policimento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUXE, Bonnie. **Policimento Comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1994.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Policial 1

- 1- Como senhor analisa a importância da integração entre a polícia e a comunidade no combate à criminalidade?
- 2- Na Cidade Ocidental, como vem sendo essa relação com a comunidade?
- 3- Ainda há resistência, dentro da tropa, quanto ao policiamento comunitário?
- 4- Segundo o RAI, a modalidade de policiamento comunitário mais adotada na Ocidental é a Visita a Comércio, enquanto a menor é a Visita Solidária. Como o senhor analisa esses dados?
- 5- Em 2017 foram registrados 3.398 atendimentos comunitários na cidade. Quais as estratégias para que essa relação avance ainda mais em 2018?
- 6- A cidade vai ganhar, em breve, 32 novos policiais, que estão sendo formados no próprio município. O senhor acredita que essa formação, feita na própria cidade, vai facilitar a integração dos novos policiais com a comunidade?

Policial 2

- 1- Como é feito, na prática, o policiamento comunitário na cidade?
- 2- Como um dos policiais mais antigos do 33º BPM, o senhor lembra quando a modalidade começou a ser empregada no município?
- 3- Como o policiamento comunitário, senhor enxerga avanços no combate à criminalidade na cidade?
- 4- Quais as estratégias e modalidades empregadas na cidade?
- 5- Como é feita a divisão por quadrantes e nas ZQC?
- 6- Por que a maioria dos registrados é relacionada à Visita a Comércio e a minoria à Visita Solidária?